

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE  
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIC-FPS – 2023/2024

**ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS EM  
PESSOAS DE 11 A 15 ANOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA MENSTRUAL**

**ANALYSIS OF SOCIODEMOGRAPHIC AND EDUCATIONAL ASPECTS IN  
PEOPLE AGED 11 TO 15 IN SITUATIONS OF MENSTRUAL POVERTY**

Artigo científico submetido como parte dos requisitos da conclusão do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC/FPS) no ano de 2023/2024.

**Autor principal:** Barbra El Florencio Nunes

**Coautores**

Beatriz de Melo Oliveira Rodrigues

Marcos Vinícius Teixeira Araújo

**Orientador:** Flávio Xavier da Silva.

RECIFE-PE

2024

## **CONFLITO DE INTERESSE**

Nenhum dos autores deste trabalho possui conflitos de interesse.

## RESUMO

**OBJETIVO:** Descrever o perfil social e educacional das meninas de 11 a 15 anos que estão na situação de pobreza menstrual. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo do tipo corte transversal. Foram incluídas estudantes matriculadas em uma escola pública do Recife, Pernambuco, Brasil, no período de outubro de 2023 a abril de 2024. A coleta de dados iniciou após aprovação do comitê de ética, respeitando os preceitos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas em seres humanos. **RESULTADOS:** Das 165 participantes analisadas, 35 pessoas (21,2%) estavam em situação de pobreza menstrual. A maioria cursava o 9º ano do ensino fundamental. A idade média foi de 14 anos e a renda média encontrada foi de um a dois salários mínimos. **CONCLUSÃO:** Concluímos que o perfil sociodemográfico das participantes permeia uma baixa renda familiar e precariedade do acesso a produtos básicos da higiene menstrual, afetando a constância escolar. Observou-se também falta de conhecimento das participantes acerca do tema. É necessário melhora na efetividade de políticas públicas implantadas sobre o assunto.

**Palavras chaves:** Pobreza; Absenteísmo; Menstruação; Absorventes higiênicos

## ABSTRACT

**OBJECTIVE:** To describe the social and educational profile of girls aged 11 to 15 who are in a situation of menstrual poverty. **METHOD:** This is a cross-sectional study. Students enrolled in a public school in Recife, Pernambuco, Brazil, between October 2023 and April 2024 were included. Data collection began after approval from the ethics committee, respecting the guidelines of Resolution 466/12 of the National Health Council for research involving human subjects. **RESULTS:** Of the 165 participants analyzed, 35 individuals (21.2%) were in a situation of menstrual poverty. Most were in the 9th grade of elementary school. The average age was 14 years, and the average income was between one and two minimum wages.

**CONCLUSION:** We concluded that the sociodemographic profile of the participants involves low family income and limited access to basic menstrual hygiene products, affecting school attendance. A lack of knowledge about the topic was also observed among participants. Improvement in the effectiveness of public policies implemented on this issue is necessary.

**Keywords:** Poverty; Absenteeism; Menstruation; Sanitary pads.

## INTRODUÇÃO

A pobreza é definida como uma condição abrangente em consequência dos diversos cenários que ela está inserida.<sup>1</sup> Ela vai além dos aspectos econômicos, podendo variar de acordo com a estrutura sócio-política local, com o grau de satisfação de necessidade ou com o nível de privação suportável. De uma forma geral, a pobreza é a falta do que é necessário para o bem-estar material.<sup>1</sup>

Estima-se que 500 milhões de mulheres e meninas em todo mundo não possuem acesso a instalações adequadas e produtos para higiene menstrual, como absorvente.<sup>2</sup> Dessa forma, a menstruação associada à pobreza surge como uma barreira segregadora, específica de gênero, dificultando o acesso à educação e o desenvolvimento escolar. Um estudo realizado na Etiópia demonstrou um aumento em torno de cinco vezes no absenteísmo escolar de meninas no período menstrual.<sup>3</sup> A pobreza menstrual também está associada à saúde feminina, visto que, na falta de insumos adequados, as pessoas que menstruam recorrem a métodos condizentes com suas condições, como panos velhos, papel de seda e folhas. Esses materiais, além de causarem desconforto, aumentam o risco de infecções no trato reprodutivo.<sup>3</sup>

Apesar dos avanços significativos na qualidade e na expectativa de vida mundial, assuntos como menstruação, continuam envoltos por tabus e preconceitos, o que impacta negativamente os debates e as ações de saúde pública relacionados a essa temática.<sup>4,5</sup> Nessa perspectiva, o significado da menstruação pode variar, dependendo da cultura local. A menstruação pode ser retratada como “nojenta”, “suja” ou até mesmo “contaminada”.<sup>4</sup> Adicionalmente, sentimentos de medo e

ansiedade em mulheres e adolescentes ocorrem em virtude do risco de assédio e exploração sexual no momento de se realizar a higiene menstrual.<sup>5</sup>

No Brasil, 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de quatro milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas.<sup>6</sup> Há um risco 3 vezes maior na região Nordeste de que uma menina esteja nessa situação quando comparado à região Sudeste, e esse cenário encontra-se ainda pior na região Norte onde o risco é 4 vezes maior.<sup>2</sup> As precárias condições sanitárias das escolas públicas, associadas a deficitária educação menstrual e as difíceis condições financeiras resultam em um ciclo que leva ao comprometimento da compra de absorventes descartáveis, tendo em vista que tal produto torna-se um gasto no orçamento da família brasileira sendo posto, muitas vezes, como um produto coadjuvante do orçamento familiar. <sup>2,6</sup> **(Figura 1)**<sup>7</sup>

O conhecimento sobre o gasto mensal por família com absorvente no Brasil ainda é limitado. A partir dos dados de uma pesquisa nacional, a Pesquisa Orçamentária Familiar (POF), com 8,7 milhões de meninas, observou-se que nas famílias mais pobres a média do gasto mensal é de 4 reais, enquanto nas famílias mais ricas gasta-se 7 vezes mais. <sup>2</sup>

Por isso, vendo a necessidade de conhecer o perfil das pessoas impactadas pela pobreza menstrual e suas repercussões no seio familiar e escolar, esse estudo visa mitigar as lacunas informacionais sobre essa temática, adicionando dados antes inexistentes que ajudarão nas futuras pesquisas sobre esse tema.<sup>2</sup> O presente estudo objetiva documentar a realidade de pobreza menstrual encontrada a partir de dados colhidos sobre o perfil social e educacional de pessoas de 11 a 15 anos que estão na situação de pobreza menstrual em uma escola pública no Nordeste do Brasil. Esse estudo utilizou de métodos quantitativos a partir da aplicação de um questionário que teve como vantagem a objetividade em relação aos dados colhidos e como desvantagem a falta de critérios validados que determinem o que é pobreza menstrual.

## **OBJETIVO GERAL**

Descrever o perfil social e educacional das meninas de 11 a 15 anos que estão na situação de pobreza menstrual.

## **MÉTODO**

Trata-se de um estudo de corte transversal, que contou com 165 participantes que foram submetidas ao preenchimento do questionário na Escola Brigadeiro Eduardo Gomes, localizada na cidade do Recife, no estado de Pernambuco, Brasil. O total de participantes foi de 242, porém foram excluídas todas as participantes que não estavam entre 11 e 15 anos, que não informaram a idade e aquelas que nunca tinham menstruado.

A coleta de dados ocorreu no período de 01 de novembro de 2023 a 31 de abril de 2024 e foi iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Pernambucana de Saúde sob o número de CAAE 65626722.6.0000.5201 e parecer 5.920.771. Foram seguidos os preceitos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

A população do estudo consiste de meninas de 11 a 15 anos que menstruam e estão matriculadas na escola Escola Brigadeiro Eduardo Gomes. Os dados foram obtidos por meio de questionário estruturado pelos autores do estudo, contendo as seguintes variáveis: dados epidemiológicos/sociodemográficos e econômicos, número de absorventes por menstruação, renda familiar, absenteísmo por menstruação, absenteísmo por cólica, acesso ao tema menstruação, uso de métodos alternativos ao absorvente descartável, acesso a absorventes, conhecimento sobre o ciclo menstrual, acesso a itens de higiene básica e conhecimento sobre a pobreza menstrual.

Definimos critérios maiores e menores para classificar as pessoas que estariam em situação de pobreza menstrual adaptados a partir das variáveis apresentadas no estudo da Unicef. Como baixa renda, dificuldade de acesso à higiene, baixas condições sociais e econômicas deletérias para a vida da pessoa que menstrua e questões estruturais como a ausência de banheiros seguros e em bom estado de conservação, saneamento básico (água encanada e esgotamento sanitário) e coleta de lixo.

Os maiores incluem renda inferior a dois salários mínimos, absenteísmo escolar por falta de absorvente e falta de acesso à higiene. O critério de falta de acesso à higiene era respondido de acordo com a percepção individual acerca das condições próprias de higiene. Já os critérios menores englobam o uso de métodos alternativos para conter o sangramento menstrual, a necessidade de pedir emprestado absorventes e a quantidade de pessoas que usam absorvente em casa ultrapassar 2. Ficou definido que para ser classificado em situação de pobreza menstrual era necessário ter pelo menos 2 critérios maiores ou apenas o critério de renda com os 3 critérios menores.

A coleta foi realizada pelos próprios pesquisadores. Inicialmente os participantes foram esclarecidos quanto aos métodos da pesquisa e, quando de acordo, assinaram o TALE e levaram o TCLE para assinatura do responsável, retornando no outro dia com os termos assinados para iniciar a aplicação do questionário. Os questionários foram aplicados nas estudantes do 6º ano do ensino fundamental ao 1º ano do ensino médio matutino e vespertino.

Após a coleta, os dados foram digitados em uma planilha construída no Excel para Windows na versão 2016 e posteriormente analisados no Epi-Info versão 7.2.2.6. Foram utilizadas frequências relativas e absolutas para descrição de variáveis nominais, e medidas de tendência central (média) e dispersão (desvio-padrão) para descrever variáveis numéricas. Para avaliar a relação entre duas variáveis qualitativas foram construídas tabelas de contingência com frequências absolutas (contagens) e relativas (porcentagens).

## **RESULTADOS**

Na análise do perfil epidemiológico dos 165 questionários revisados das pessoas matriculadas do sexto ano do ensino fundamental ao primeiro ano do ensino médio da Escola Brigadeiro Eduardo Gomes (**Figura 2**), a idade média foi de 14 anos, a renda média estava entre um a dois salários mínimos (51,3%) e a maioria cursava o nono ano do ensino fundamental (53,9%). Os dados detalhados estão apresentados na **Tabela 1**.

Seguindo os critérios estabelecidos para pobreza menstrual, apresentados na **Tabela 2**, foi observado um total de 35 meninas em situação de pobreza menstrual, correspondendo a 21,2% das participantes do estudo. Dentre as 35 meninas que estavam em pobreza menstrual, a maioria (54%) cursava o 9º ano e a minoria (2%) cursava o 6º ano.

Dos critérios maiores para definição de pobreza menstrual determinados no estudo, 124 das participantes estavam incluídas no critério de renda abaixo de 2 salários mínimos, 46 afirmaram absenteísmo por causa da menstruação e 1 participante constatou não ter acesso a higiene básica como saneamento e acesso a coleta de lixo. Já dos critérios menores 60 responderam já ter precisado usar métodos alternativos para conter a menstruação. 114 meninas pediram emprestado absorvente por não ter e 56 pessoas responderam que a quantidade de pessoas que utilizam absorvente na casa ultrapassa 2.

Na avaliação das variáveis que não se enquadram como critério para pobreza menstrual, foi possível determinar a relação das meninas que estavam e que não estavam em situação de pobreza menstrual com cada variável, podendo ter um critério comparatório entre ambos os grupos, descritos na **Tabela 3**. Em relação ao conhecimento sobre o que é pobreza menstrual a maioria das meninas (78%) que sabiam o que era pobreza menstrual não estavam em situação de pobreza menstrual.

Em relação a quantidade de pacotes utilizados em cada menstruação, a maioria (72 pessoas equivalente a 44%) dizem usar 2 pacotes. Tanto no grupo das meninas que estavam em situação de pobreza menstrual quanto nas que não estavam, a maioria das respostas afirmam usar 2 pacotes de absorventes por menstruação e a minoria dos dois grupos respondeu que usava mais de 3 pacotes por menstruação.

Quando questionadas se optaram em receber o absorvente que a escola distribuiu, oferecido pelo Governo de Pernambuco pelo projeto de lei estadual 18.258/2023 que instituiu o programa de distribuição gratuita de absorventes higiênicos, 29% optaram por não receber os absorventes, e entre essas pessoas nenhuma estava em situação de pobreza menstrual. Todas as 35 meninas que



estavam em situação de pobreza menstrual optaram por receber os pacotes de absorventes oferecidos e dentre as meninas que não estavam em situação de pobreza menstrual 63% optaram por receber os pacotes oferecidos.

Os resultados em relação ao rendimento escolar são apresentados na **Tabela 4**. 16 meninas afirmaram já terem repetido de ano, mas a maioria não estava em situação de pobreza menstrual.

Em relação a ter conversado com alguém sobre menstruação, 25 meninas afirmaram não ter conversado sobre menstruação com nenhuma pessoa. Entre elas, 4 estavam em situação de pobreza menstrual. Já na pergunta sobre com quem elas tinham abertura para conversar sobre menstruação 1 pessoa respondeu ter abertura para conversar apenas com figura masculina, e ela não se adequava aos critérios de pobreza menstrual. Das 35 meninas em situação de pobreza menstrual, a maioria (60%) respondeu ter abertura de conversa apenas com figura feminina, ninguém respondeu ter abertura para conversar apenas com figuras masculinas.

Em relação ao acesso à higiene na escola, quando questionadas se tinham acesso a papel higiênico no banheiro da escola, 133 meninas responderam que não tinham acesso, dentre elas 28 (21%) estavam em situação de pobreza menstrual. Em relação ao acesso ao sabão na escola, 122 pessoas disseram que não tinham acesso.

Mais da metade das participantes (51%) apresentou renda média de 1 a 2 salários mínimos, sendo seguida por 31.3% apresentando renda abaixo de 1 salário mínimo e aproximadamente 17% com renda acima ou igual a 3 salários mínimos.

Em relação ao absenteísmo por cólica foi visto que a maioria das participantes (73%) haviam faltado aula por estar com sintomas de cólica.

Das 36% que responderam já ter precisado usar métodos alternativos para conter a menstruação, apenas 8.6% utilizaram métodos alternativos adequados (absorvente interno e coletor) enquanto 91.4% utilizaram métodos não adequados (panos, fraldas e papel). O papel higiênico foi o mais frequente (60%), seguido de panos (5.7%) e fraldas (2.9%).

## DISCUSSÃO

O nosso estudo encontrou 35 pessoas vivendo em situação de pobreza menstrual. Observamos que o critério mais importante para definição dessa condição foi a renda familiar abaixo de dois salários mínimos (82,6% das participantes).<sup>2</sup> A baixa condição socioeconômica é resultado de uma multifatorialidade que impacta a qualidade de vida de mulheres, meninas e pessoas que menstruam, levando à pobreza menstrual.<sup>8,9</sup> O Brasil é um país que está inserido em condição econômica mediana, mas com uma profunda desigualdade social, que se torna ainda mais acentuada na Região Nordeste.<sup>2</sup>

No tocante a qualidade de vida para pessoas que menstruam, notamos que uma pessoa não tinha acesso à condição básica de higiene. A impossibilidade de se conseguir realizar a higiene menstrual de maneira adequada com água, saneamento e demais materiais de higiene, faz com que a condição de extrema pobreza ainda esteja presente no nosso país.<sup>2,8</sup> Essa é uma condição difícil de ser modificada, mas é extremamente sensível a projetos sociais que forneçam oportunidades de educação, emprego e habitação.<sup>8,9</sup>

No cenário da escola, a falta de papel higiênico e sabão não foi relevante para a condição de pobreza menstrual. Nós atribuímos esse resultado ao fato de que a escola analisada fornece banheiro. Porém, a falta desses insumos para realizar a higiene básica é uma condição extremamente deficitária no nosso país, pois aproximadamente 121.000 escolas no Brasil, em especial na região Nordeste, não possuem banheiros ou, quando existem, faltam papel higiênico e sabão.<sup>2,8,10</sup>

Observou-se ainda no presente estudo que 1 a cada 4 estudantes da Escola Brigadeiro Eduardo Gomes afirmaram absenteísmo no período menstrual. Esses dados estão de acordo com o contexto nacional, onde também 1 a cada 4 meninas não vão à escola por falta de absorvente.<sup>10</sup> Porém, devido a vigência da Lei Estadual 18.258/2023 do Estado de Pernambuco, que institui o Programa de Distribuição Gratuita de Absorventes Higiênicos era esperado uma diminuição nessa relação no estado de Pernambuco quando comparado ao cenário Brasileiro, entretanto a similaridade dos dados mostra uma falha no funcionamento dessa lei.<sup>10</sup> Tal falha

pode estar relacionada com a demanda ser maior do que a oferta dos absorventes higiênicos, bem como com a irregularidade na distribuição dos absorventes, afetando diretamente a saúde menstrual e, conseqüentemente, o desempenho escolar das pessoas que não têm acesso ao benefício que esse programa oferece.

11,10

Contudo, é indiscutível a importância da iniciativa criada pelo projeto de lei do estado de Pernambuco uma vez que foram distribuídos mais de um 1,5 milhão de absorventes higiênicos, garantindo dignidade menstrual a mais de 250 mil estudantes.<sup>10</sup> Tal importância é espelhada no cenário da Escola Brigadeiro Eduardo Gomes quando cerca de 70% das entrevistadas optaram por receber os absorventes oferecidos pelo Governo e entre as que estavam em situação de pobreza menstrual 100% optou por se beneficiar desta iniciativa governamental.

Foi observado que 25 participantes do estudo afirmaram nunca ter conversado com alguém sobre menstruação, mesmo a menstruação sendo uma realidade na vida delas. Essa falta de diálogo em ambiente escolar ou domiciliar acerca da menstruação, impede o processo de disseminação de informações, que são necessários para a quebra de estigmas/tabus.<sup>6,9</sup> A temática menstrual deveria ser de conhecimento geral e disseminado entre as sociedades, com figuras masculinas e femininas participando da abordagem teórica sobre o assunto, facilitando a disseminação de conhecimento sobre o tema, principalmente para as pessoas que convivem com a menstruação.<sup>9</sup> Entretanto, o Tabú sobre tal temática é demonstrado diretamente nos dados dessa pesquisa, pois aproximadamente 59% das pessoas que responderam a pergunta sobre com quem tem abertura para falar de menstruação, afirmaram que conversavam sobre esse tema apenas com figuras femininas.

Além do mais, ao avaliar no contexto da escola estudada, foi observado que 88 meninas entrevistadas já faltaram ao dia letivo escolar por dismenorreia, estando 33 em situação de pobreza menstrual. Sabe-se que a cólica menstrual afeta cerca de 50% das mulheres em idade reprodutiva, e em 15% chega a atrapalhar as atividades do cotidiano.<sup>11,12</sup> A depender da intensidade dos sintomas, a dismenorreia pode ser uma importante causadora de absenteísmo escolar, interferindo na vida social, emocional e esportiva das jovens.<sup>12,13</sup> Além da cólica, a menstruação pode

ser acompanhada de lombalgia, náuseas, vômitos, cefaléia e irritabilidade.<sup>11,12,13</sup> Esse ponto contribui para que os impactos da menstruação afetem a vida das meninas, uma vez que além da falta de absorventes, a falta de acesso a analgésicos e medicamentos que diminuam a dor de cólicas menstruais corrobora a falha na permanência escolar.<sup>9</sup>

No Brasil, 33% das mulheres já usaram papel higiênico no lugar do absorvente.<sup>6</sup> A utilização de métodos alternativos para conter a menstruação é um critério importante nessa pesquisa, uma vez que houveram 60 meninas que afirmaram utilizar métodos alternativos para conter o sangramento, entre eles o mais prevalente, assim como a realidade nacional, sendo o papel higiênico. Nesse cenário em que o acesso à meios seguros de retenção do sangramento menstrual é dificultado, as meninas recorrem a meios alternativos que podem provocar alergias, infecções urogenitais como a cistite e a candidíase, e até mesmo choque séptico, que pode culminar na morte.<sup>2,11,13</sup> Outra parte da problemática é a situação em que meninas não conseguem realizar o número recomendado de trocas de absorventes, que varia de três a seis trocas diárias.<sup>2,12</sup> Assim, essas meninas permanecem com o mesmo absorvente por muitas horas, uma vez que o custo dos absorventes exerce um peso importante no orçamento das famílias mais pobres.<sup>6,8,9</sup>

Essa questão da desproporcionalidade entre os gastos com absorvente e a renda familiar também foi analisada no nosso trabalho. Quando relacionamos a renda com a quantidade de pessoas na casa de cada menina que utiliza absorvente, a maioria respondeu ter uma renda medida de um a dois salários mínimos enquanto 90% alegou que no ambiente domiciliar duas a três pessoas utilizavam absorvente. Nessa análise, os gastos com absorvente se tornam desproporcionais à renda, uma vez que cerca de um terço do salário médio dessas famílias estariam reservados apenas para compra do absorvente descartável necessário para higiene básica menstrual, justificando a permanência com o absorvente por tempo inadequado, bem como a presença de meninas em situação de pobreza menstrual.<sup>6,9</sup>

Ademais, o próprio desconhecimento do que é pobreza menstrual, impede que essas meninas entendam o contexto de desigualdade em que estão inseridas e de como isso impacta a vida delas.<sup>8,9,11</sup> Foi avaliado que na escola Eduardo Gomes,

16 das 63 meninas que nunca ouviram falar em pobreza menstrual se enquadram em pobreza menstrual de acordo com os critérios definidos nesse estudo.

Outro ponto relevante para a pesquisa, que foi utilizado como um dos critérios, foi o ato de pedir emprestado absorvente. Aproximadamente 70% das meninas entrevistadas relataram ter recorrido a essa prática em algum momento. Esse ato, muitas vezes motivado por situações emergenciais, associado à média de renda das meninas presente neste estudo e a falta de autonomia financeira, evidencia a dificuldade do acesso a produtos básicos de higiene e reforça a vulnerabilidade dessas jovens que perdem o domínio da sua própria saúde menstrual.<sup>6,9</sup>

Chamamos a atenção para as limitações decorrentes do próprio desenho de estudo. Já que o estudo foi realizado em apenas uma escola pública do Nordeste, é possível que os resultados não possam ser extrapolados para todas as escolas públicas dessa região. Contudo, achamos que esses resultados são relevantes e devem ser considerados nas avaliações educacionais públicas do Programa de Distribuição Gratuita de Absorventes Higiênicos.

## **CONCLUSÃO**

Consideramos, portanto, que o perfil social e demográfico das meninas revela uma prevalência alarmante de condições adversas, como a baixa renda familiar e precariedade do acesso a produtos básicos da higiene menstrual. Esses fatores, não afetam apenas a saúde das meninas, mas também impactam diretamente na constância escolar, uma vez que há a necessidade de se abster de dias de aula durante o período menstrual.

Em segundo lugar, também se conclui que ainda há precariedade nas políticas públicas implantadas que visam distribuir absorventes, além da falta de insumos básicos na escola, como papel e sabão, para que haja a higiene básica. Essa situação compromete a manutenção da higiene adequada das meninas. Observou-se também que há falta de conhecimento acerca do tema por boa parte das meninas, o que impede que o ciclo de desinformação seja desfeito.

Desta forma, sugerimos que novos estudos sobre pobreza menstrual sejam desenvolvidas no Brasil, com objetivo de preencher lacunas existentes na área acadêmica, abordando sobre a realidade demográfica e social das pessoas impactadas por essa temática. Assim, por meio desses novos estudos seria possível direcionar e mobilizar esforços conjuntos entre Governo, sociedade civil e instituições educacionais, a fim de garantir um meio de saúde plena, em que não haja as limitações impostas pela pobreza menstrual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

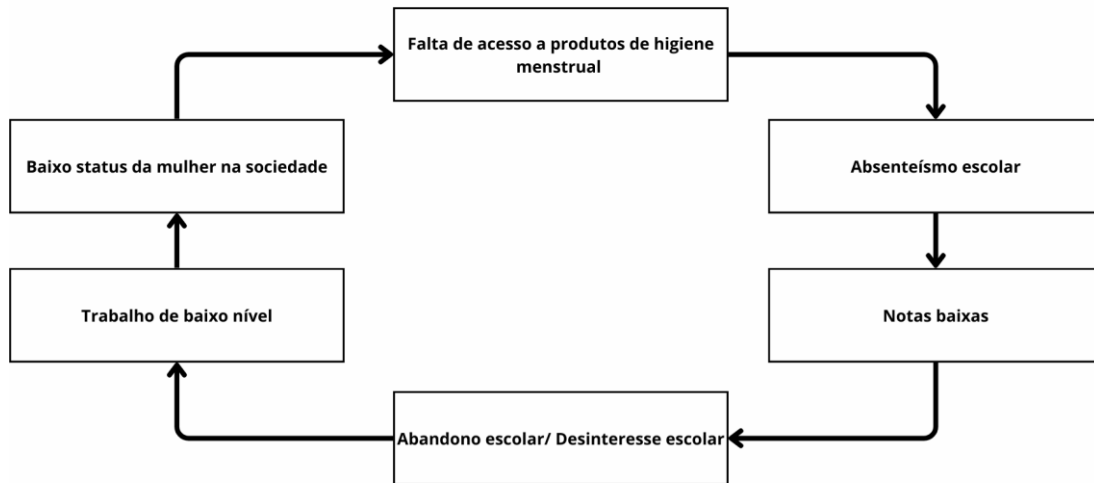
1. Crespo APA, Gurovitz E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE electron [Internet]. 2002. Dec;1(2):1–2. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>
2. UNICEF, UNFPA. Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos. 2021;1-51. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual\\_relatorio-unicef-unfpa\\_maio2021.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf)
3. Cardoso LF, Scolese AM, Hamidaddin A, Gupta, J. Period poverty and mental health implications among college-aged women in the United States. BMC Womens Health. 2021;21:14. Doi: <https://doi.org/10.1186/s12905-020-01149-5>
4. Winkler I, Roaf V. Bringing the dirty bloody linen out of the closet – menstrual hygiene as a priority for achieving gender equality. Cardozo J Law Gender. 2015; [forthcoming]. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2575250](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2575250)
5. Soeiro RE, Rocha L, Surita FG, Bahamondes L, Costa ML. Period poverty: menstrual health hygiene issues among adolescent and young Venezuelan migrant women at the northwestern border of Brazil. Reprod Health. 2021;18:238. Doi: <https://doi.org/10.1186/s12978-021-01285-7>
6. UNICEF. No Brasil, milhões de meninas carecem de infraestrutura e itens básicos para cuidados menstruais: neste Dia Internacional da Dignidade Menstrual [Internet]. 2021 [citado 2022 nov 30]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/no-brasil-milhoes-de-meninas-carecem-de-infraestrutura-e-itens-basicos-para-cuidados-menstruais#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,de%20cuidados%20menstruais%20nas%20escolas>
7. Michel J, Mettler A, Schönenberger S, Gunz D. Period poverty: why it should be everybody's business. J Glob Health Rep [Internet]. 2022 Feb 22;6(6). Available from: <https://joghr.org/article/32436-period-poverty-why-it-should-be-everybody-s-business>
8. Ferreira FSR, Balamint T, Carmona EV, Sanfelice CF de O. Repercussões da pobreza menstrual para as mulheres e pessoas que menstruam: revisão integrativa. Rev Baiana Enferm. [Internet]. 2023 Oct 26 [citado 2024 Sep

- 29];37. Disponível em:  
<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/52708>.
9. Prado L, Moreira A. Pobreza menstrual no Brasil: diagnóstico e alternativas [Internet]. 2021 [citado 2024 Aug 25]. Disponível em:  
<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0d8c4d99-87a9-4bec-bebe-6c2ff1a826d5/content>
10. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. SEE distribui absorventes higiênicos nas escolas estaduais e beneficia mais de 250 mil estudantes [Internet]. [citado 2024 set 28]. Disponível em:  
<https://portal.educacao.pe.gov.br/see-distribui-absorventes-higienicos-nas-escolas-estaduais-e-beneficia-mais-de-250-mil-estudantes/#:~:text=A%20iniciativa%2C%20promovida%20pela%20Secretaria,Distribuição%20Gratuita%20de%20Absorventes%20Higiênicos>
11. Lima P. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas [Internet]. Senado Federal. 2021. Disponível em:  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>
12. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Publicação oficial. Rev Femina. 2020;48(9). Disponível em:  
<https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/FeminaZ09Z-ZWeb.pdf>
13. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). Dismenorreia e endometriose na adolescência [Internet]. 2021 [citado 2024 set 28]. Disponível em: <https://sogirgs.org.br/area-do-associado/Dismenorreia-e-endometriose-na-adolescencia-2021.pdf>



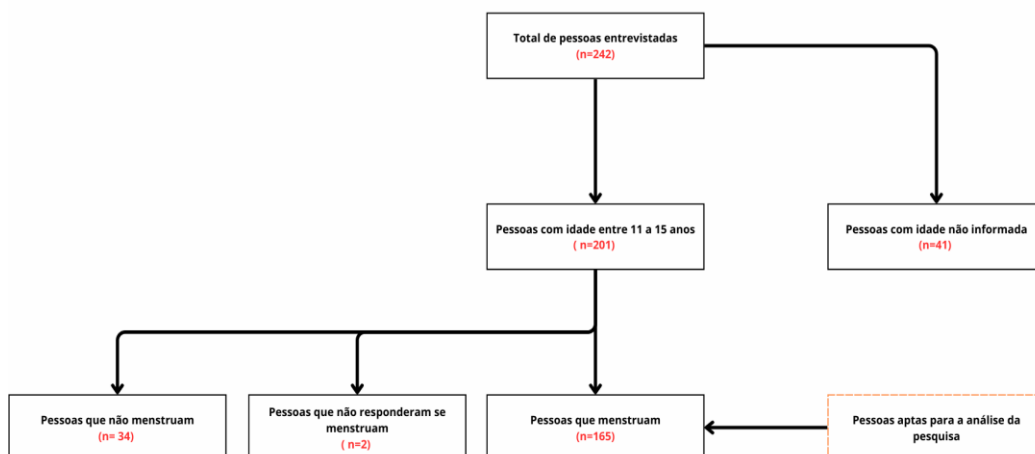
## APÊNDICES

**Figura 1** - Diagrama mostrando como a pobreza menstrual pode afetar a vida de meninas escolares



Fonte: Michel J, Mettler A, Schönenberger S, Gunz<sup>7</sup>

**Figura 2** - Fluxograma da captação dos participantes



**Tabela 1 - Características sociodemográficas\***

<b>idade em anos</b>	<b>contagens</b>	
	n	
mediana	14	
média	13.9	
<b>Escolaridade</b>	n	% do
	total	
Ensino médio		
1° ano	25	
Ensino fundamental	15.2	
9° ano		
8° ano		
7° ano	89	
6° ano	53.9	
	11	
	6.7	
	20	
	12.1	
	20	
	12.1	
<b>Renda familiar (em salário mínimo)</b>	n	% do
	total	
abaixo de 1		
1 a 2	47	
3 a 4	31.3	
mais de 4	77	
	51.3	
	19	
	12.7	

	7
	4.7

\*165 participantes

**Tabela 2** - Critérios maiores e menores para designar pobreza menstrual

<b>Renda familiar (em salário mínimo)</b>	<b>Contagens</b>	
	n	% do
abaixo de 1	total	
1 a 2	47	
3 a 4	31.3	
mais de 4	77	
	51.3	
	19	
	12.7	
	7	
	4.7	
<b>Absenteísmo por falta de absorvente</b>	<b>Contagens</b>	
	n	% do
NÃO	total	
SIM	118	
	71.5	
	47	
	28.5	
<b>Acesso higiene</b>	<b>Contagens</b>	
	n	% do
NÃO	total	
SIM	1	
	0.6	

	160 99.4	
<b>Método alternativo</b>	n	% do
NÃO	total	
SIM	105 63.6 60 36.4	
<b>Pegou absorvente emprestado</b>	n	% do
NÃO	total	
SIM	46 28.7 114 71.3	
<b>Pessoas que usam absorvente na casa</b>	n	% do
ninguém	total	
somente eu	1	
eu e mais 1	0.6	
eu e mais 2	15 9.5 86 54.4 56 35.4	

**Tabela 3** - Relações das variáveis com a pobreza menstrual

Série	Não está em pobreza menstrual		Está em pobreza menstrual		p
	n	% do total	n	% do total	
1° ano	16	9.7	9	5.5	0.130
6° ano	19	11.5	1	0.6	
7° ano	17	10.3	3	1.8	
8° ano	8	4.85	3	1.8	
9° ano	70	42.5	19	11.5	
<b>N° de pacote que utiliza</b>					0.508
1	n	% do	n.	% do	
2	total		total		
3	39		6		
mais de 3	23.7		3.6		
	54		18		
	32.9		11		
	23		6		
	14		3.6		
	14		4		
	8.5		2.4		
<b>Repetiu de ano</b>					0.393

NÃO SIM	n total 116 70 14 8.5	% do	n total 32 31.2 2 1.2	% do	
<b>Conversou sobre menstruação com alguém</b>					0.489
SIM NÃO	n total 21 12.6 109 66	% do	n total 4 2.4 31 19	% do	
<b>Abertura de conversa</b>					0.902
apenas figura feminina apenas figura masculina figuras femininas e masculinas ninguém	n total 74 46.5 1 0.6 24 15 25 15.7	% do	n total 21 12.6 0 0 8 4.8 6 3.6	% do	
<b>Sabe o que é pobreza menstrual</b>					0.465
JÁ OUVIU FALAR NÃO SIM	n total 39 24.2	% do	n total 9 5.5	% do	

	63. 38.4 24 14.6	16 9.7 10 6	
<b>Tem acesso a papel higiênico na escola</b>			0.509
NÃO	n total	n total	
SIM	105 63 19 11.4	28 16.8 7 4.2	
<b>Tem acesso a sabão na escola</b>			0.196
NÃO	n total	n total	
SIM	98 58.8 26 15.6	24 14.4 11 6.6	
<b>Absenteísmo por cólica</b>			0.002
NÃO	n total	n total	
SIM	42 25.5 88 53.3	2 1.2 33 20	
<b>Optou por receber absorvente da escola</b>			<0.001
NÃO	n total	n total	

SIM	46	0	
	28.8	0	
	79	35	
	49.3	21.8	

**Tabela 4 - Características rendimento escolar**

<b>Absenteísmo por falta de absorvente</b>	<b>Contagens</b>	
	n	% do total
NÃO	118	71.5
SIM	47	28.5
<b>Absenteísmo por cólica</b>		
NÃO	121	73.3
SIM	44	26.7
<b>Repetiu de ano</b>		
NÃO	148	90.2
SIM	16	9.8